

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI N.º 3.057, DE 2000

Dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos e sobre a regularização fundiária sustentável de áreas urbanas, e dá outras providências

EMENDA ADITIVA N.º

Acrescente-se, ao Capítulo I do Título IV do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Urbano, o seguinte artigo, onde couber:

“Art. Às infrações penais e relações jurídicas previstas nesta Lei aplica-se o disposto nos Capítulos I e II da Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998”.

Sala da Comissão, 17 de janeiro de 2006.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS BISCAIA

JUSTIFICATIVA

É salutar que as regras atinentes à prática de infrações penais por pessoas à prática de infrações penais por pessoas jurídicas, previstas na Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98) apliquem-se também em relação aos delitos previstos neste projeto, que trata do mesmo tema (meio ambiente), predominantemente em seu enfoque urbano, construído ou, como querem alguns doutrinadores, artificial. Muitas das atividades desempenhadas nesta seara o são por pessoas jurídicas, daí porque se mostra pertinente que a prática das infrações penais seja as elas atribuída. Trata-se de possibilidade que atende ao interesse público, facilitando-se, inclusive, em seu nome, a própria aplicação da justiça e da lei penal.



61708A8B06